



Ata nº 024 da Sessão Ordinária nº 024, de
10 de abril de 2014.

Às nove horas do dia dez de abril de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ, SÉRGIO LEÃO e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocados os Auditores, ALEXANDRE CUNHA e SÉRGIO DANTAS, para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II do artigo 72 do RI/TCM. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 011/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 990012006-00; Prefeitura Municipal de Rurópolis; Prestação de Contas – exercício 2006; Responsável: Aparecido Florentino da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Prefeitura Municipal de Rurópolis a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2006, de responsabilidade de Aparecido Florentino da Silva, pelo descumprimento do art. 212, da CF/88 e pagamento indevido de pro labore a professores efetivos, conforme apurado no processo de denúncia, no valor de R\$-208.461,23 (duzentos e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos), que deverá ser recolhido aos Cofres do Município, devidamente atualizado, no prazo de quinze (15) dias, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 990012007-00; Prefeitura Municipal de Rurópolis; Prestação de Contas – exercício 2007; Responsável: Aparecido Florentino da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Prefeitura Municipal de Rurópolis a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2007, de responsabilidade de Aparecido Florentino da Silva, pelo descumprimento dos arts. 212 e 29-A, I, da CF/88, e pagamento indevido de pro labore a professores efetivos, conforme apurado no processo de Denúncia, no valor de R\$-458.470,01 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta reais e um centavo), que deverá ser recolhido aos Cofres do Município,



devidamente atualizado, no prazo de quinze (15) dias, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 5: **Processo nº 200906186-00; Associação Carnavalesca "Unidos da Baixada";** Prestação de Contas do Convênio nº 46/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Daniel dos Santos Teixeira; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 46/2009, firmado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca "Unidos da Baixada", com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-17.640,00 (dezesete mil, seiscentos e quarenta reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200909111-00; Associação Carnavalesca "Tradição da Vila";** Prestação de Contas do Convênio nº 56/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Roberto de Souza Macedo; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 056/2009, firmado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca "Tradição da Vila", com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-7.245,00 (sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200912352-00; Associação Cultural Carnavalesca "Mexe Mexe";** Prestação de Contas do Convênio nº 36/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Ladeomar Santos Corrêa; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 036/2009, firmado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Mexe Mexe, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200904446-00; Associação dos Malhadores de Judas "Xodó da Nega";** Prestação de Contas do Convênio nº 09/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Alberto de Jesus Cantanhede; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A



Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 09/2009, firmado entre a PMB/FUMBEL e a Associação dos Malhadores de Judas "Xodó da Nega", com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-23.100,00 (vinte e três mil e cem reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200905721-00; Associação Cultural Recreativa Carnavalesca Império do Samba Quem São Eles**; Prestação de Contas do Convênio nº 015/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Etevaldo Mascate de Souza; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 02/2009, firmado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Cultural Recreativa Carnavalesca "Império do Samba Quem São Eles", com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200909183-00; Associação Carnavalesca "A Grande Família"**; Prestação de Contas do Convênio nº 015/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Etevaldo Mascate de Souza; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 015/2009, firmado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca "A Grande Família", com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-23.100,00 (vinte e três mil e cem reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200906930-00; Associação Carnavalesca "Mocidade Independente da Vila Sorriso"**; Prestação de Contas do Convênio nº 52/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Nádia Maria Alves Ambé; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 52/2009, firmado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca "Mocidade Independente da Vila Sorriso", com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-7.245,00 (sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200906866-00; Câmara Municipal de Irituia**; Prestação de Contas do Convênio nº 10/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Emílio do Espírito Santo dos Santos; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio



Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 10/2009, firmado entre a PMB/FUMBEL e a Agremiação Carnavalesca Beneficente e Cultural "Coração Jurunense", com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-23.100,00 (vinte e três mil e cem reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200906014-00; Escola De Samba "Boêmios Da Vila Famosa";** Prestação de Contas do Convênio nº 47/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Marco Antônio Souza de Araújo; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 06/2009, firmado entre a PMB/FUMBEL e o Grêmio Recreativo Escola de Samba "Piratas da Batucada", com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200912677-00; Grêmio Recreativo Escola de Samba Piratas da Batucada;** Prestação de Contas do Convênio nº 06/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Ricardo Luiz da Costa Fernandes; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação dos Amigos da Terra Firme, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 053/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-30.636,00 (trinta mil, seiscentos e trinta e seis reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200806212-00; Associação dos Amigos da Terra Firme;** Prestação de Contas – exercício 2008, Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 053, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável: Heraldo Maria da Silva Coelho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação dos Amigos da Terra Firme, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 053/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-30.636,00 (trinta mil, seiscentos e trinta e seis reais). Ausência, por ocasião



de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200806213-00; Associação dos Amigos da Terra Firme;** Prestação de Contas – exercício 2008, Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 033/2006, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável: Heraldo Maria da Silva Coelho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação dos Amigos da Terra Firme, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 033/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-4.860,00 (quatro mil, oitocentos e sessenta reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200806165-00; Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações - Instituto Fellippe Smaldone;** Prestação de Contas – exercício 2008, Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 022, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável: Gemma Sozzo; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações – Instituto Felipe Smaldone, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 022/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-138.265,92 (cento e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200907080-00; Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações - Instituto Fellippe Smaldone;** Prestação de Contas – exercício 2008, Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 022/2006, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável: Gemma Sozzo; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações – Instituto Felipe Smaldone, referente ao Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 022/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-138.265,92 (cento e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200806664-00; Centro Comunitário Cosme e Damião;** Prestação de Contas –



exercício 2008, Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 010/06, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável: Izaias Galucio Fróes; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro Comunitário Cosme e Damião, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 010/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-15.318,00 (quinze mil, trezentos e dezoito reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200806349-00; Centro Comunitário Rua da Olaria; Prestação de Contas – exercício 2008, Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 066/06, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável: Leonor dos Santos Nascimento; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro Comunitário Rua do Olaria, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 066/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-16.032,84 (dezesesseis mil, trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200805657-00; Grupo Comunitário São Sebastião; Prestação de Contas – exercício 2008, Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 042/06, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável: Lourença Araújo Costa; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Grupo Comunitário São Sebastião, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 042/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-15.318,00 (quinze mil, trezentos e dezoito reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 04: **Processo nº 1013972008-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria das Barreiras; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Amintas Lopes Da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor Convocado Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares); Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se



pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado apresentou sua **proposta de Decisão**: "*pela aprovação das contas com a expedição do Alvará de Quitação*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Antonio José, Sérgio Leão e Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 24: **Processo nº 201120453-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria Portaria nº 1126/13, de 21.08.13; Interessado: Francinete Barbosa Mendes; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201219646-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria Portaria nº 1.208/13, de 05/09/13; Interessado: Edilberto de Almeida Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201218814-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria Portaria nº 1.340/13, de 01/10/13; Interessada: Maria da Conceição Dias do Carmo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201216343-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Breves - IAPB; Aposentadoria Portaria nº 042/2012; Interessada: Anamita Cardoso Ferreira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Auditora Adriana Oliveira (Conselheiro Cezar Colares)**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora convocada apresentou sua **proposta de Decisão**: "*pelo registro do Ato*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou a proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Antonio José, Sérgio Leão e Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201208354-00; Câmara Municipal de Salinópolis; Contratos Temporários de Pessoal - 2012; Interessado: Márcio Vanderson Soares da Cruz - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Auditora Márcia Costa (Conselheiro Cezar Colares)**. Retirado de Pauta. Em



seguida, houve inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 1 do aditamento: **Processo nº 20111749-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas; Aposentadoria – 2011 - Resolução nº 13/2012, de 04.07.2012; Interessada: Maria Luiza Lopes de Oliveira; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado apresentou sua **proposta de Decisão**: *"proponho a negativa de registro da Resolução nº 13/2012, de 04/07/2012, que aposenta voluntariamente, por tempo de contribuição, com base no art. 6º na Emenda Constitucional nº 41/03, Maria Luiza Lopes de Oliveira, na função do cargo de Professora, com proventos no valor de R\$-4.118,05 (quatro mil, cento e dezoito reais e cinco centavos)".* **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou o voto apresentado, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José e Sérgio Leão. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, nos seguintes termos: *"com a recomendação de que o Instituto de Previdência de Paragominas apure, administrativamente, o direito da servidora à restituição dos valores indevidamente descontados, à título de contribuição previdenciária sobre a parcela "Gratificação Rural", porque se o benefício for concedido com base no artigo 6º da EC nº 41/2003 os valores não serão utilizados para a composição do provento de aposentadoria".* A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro da Resolução nº 13/2012, de 04/07/2012, que aposenta voluntariamente, por tempo de contribuição, com base no art. 6º na Emenda Constitucional nº 41/03, Maria Luiza Lopes de Oliveira, na função do cargo de Professora, com proventos no valor de R\$-4.118,05 (quatro mil, cento e dezoito reais e cinco centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a recomendação efetuada. **Processo nº 201206784-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas; Aposentadoria - Portaria nº 06/2012, que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição; Interessada: Ivelise Corrêa Santana; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201306053-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Pensão - Portaria nº 03/2013, de 16.04.2013, que Concede Pensão por Morte; Interessado: Osmário Gonçalves Vieira; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado apresentou sua **proposta de Decisão**: *"proponho voto pelo REGISTRO da Portaria nº 03/2013, de 16.04.2013, que concede pensão em favor de OSMÁRIO GONÇALVES VIEIRA, com fundamento no artigo 40, § 7º, II, da Constituição Federal de 1988, no valor de R\$-1.089,00 (hum mil e oitenta e nove reais)".* **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou o voto apresentado, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José, Sérgio Leão e Conselheira Mara Lúcia. A Presidência



proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 03/2013, de 16.04.2013, que concede pensão em favor de Osmário Gonçalves Vieira, com fundamento no artigo 40, § 7º, II, da Constituição Federal de 1988, no valor de R\$-1.089,00 (hum mil e oitenta e nove reais). **Processo nº 200815640-00; Câmara Municipal de Cametá; Subsídio - Resolução nº 004/2008, de 05.09.2008, que fixa os Subsídios dos Vereadores; Interessado: José Fernandes Barra; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado apresentou sua **proposta de Decisão**: "*proponho o cadastro da Resolução nº 004/2008, de 05/09/2008, que fixa os subsídios aos Edis da Câmara Municipal de Cametá, observando-se, tão somente, que sejam, quando da prestação de contas, analisados os limites constitucionais previstos nos arts. 29, inciso VI e 29-A, §1º da CF/88*". **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou o voto apresentado, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antonio José, Sérgio Leão e Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Resolução nº 004/2008, de 05/09/2008, que fixa os subsídios aos Edis da Câmara Municipal de Cametá, observando-se, tão somente, que sejam, quando da prestação de contas, analisados os limites constitucionais previstos nos arts. 29, inciso VI e 29-A, § 1º da CF/88. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 3: **Processo nº 652042007-00; Fundo Municipal de Educação de Salinópolis; Prestação de Contas – exercício 2007; Responsável: Leonice Gomes Marcelino; Instrução: Auditor Alcimar Lobato/3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.617, de 07.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Senhora Leonice Gomes Marcelino, Ordenadora de despesa do Fundo Municipal de Educação (FME) de Salinópolis, exercício de 2007, pela realização no decorrer do exercício 16 (dezesseis) processos licitatórios na modalidade Convite, todos para aquisição de combustível, totalizando pagamentos no importe de R\$-672.857,52 (seiscentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), caracterizando fracionamento de despesas, descumprindo o art. 23, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 22: **Processo nº 201405266-00; Secretaria Municipal de Educação de Belém - SEMEC; Outros: Consulta; Responsável: Rosinéli Guerreiro Salame; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, a Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a minuta de Instrução Normativa apresentada, nos seguintes termos: 01 – As entidades municipais, repassadoras



de recursos públicos às entidades privadas, sob a forma de convênio de subvenção ou outros ajustes congêneres, cujas prestações de contas, tenham prazo final a partir de 27.02.14, deverão obedecer à nova regra para prestações de contas, prevista no art. 27, da LC nº 084/2012, sendo facultado aos ordenadores a utilização do regramento, previsto nesta Instrução Normativa. 02 – As entidades municipais, repassadoras de recursos públicos às entidades privadas, sob a forma de convênio de subvenção ou outros ajustes congêneres, cujas prestações de contas, tenham prazo final a partir de 01.01.14, deverão obedecer, obrigatoriamente, à nova regra de formalização de convênios e prestações de contas, prevista no art. 27, da LC n.º 084/2012 c/c art. 139 e seguintes, do RITCM-PA, e nesta Instrução Normativa. 03 – As entidades beneficiadas com o recebimento de recursos públicos municipais deverão, dentro dos prazos já fixados nos convênios e instrumentos congêneres, apresentar a prestação de contas junto à entidade repassadora, contendo todos os elementos de natureza contábil - jurídica que demonstrem a regular prestação de contas, bem como a comprovação de execução do objeto pactuado, em tudo observadas as regras contidas na Lei Orgânica e Regimento Interno, deste TCM-PA, bem como da Lei n.º 8.666/93. 04 – Em caso de omissão no dever de prestar contas ou diante de sua execução, pela entidade beneficiária, em desacordo com os termos ajustados, deverá o ente municipal repassador, adotar as medidas de tomada de contas especial, conforme previsto no art. 140, §2º, do RITCM-PA, bem como suspender qualquer novo repasse, na forma do §1º, do mesmo art. 140. 05 – Após receber a prestação de contas das entidades beneficiadas, deverá o órgão municipal repassador realizar análise da documentação encaminhada, com vistas ao preenchimento do Relatório de Conformidade (§3º, Art. 140, do RITCM), o qual parte integrante desta Instrução Normativa (ANEXO I), bem como adotar as devidas medidas administrativas para verificação e atesto da efetiva execução do objeto pactuado, nos termos do ANEXO II. 06 – O “Relatório de Conformidade”, nos termos do art. 140, §3º, do RITCM-PA, deverá ser subscrito pelo Ordenador de despesas e cancelado pelo Controle Interno, ambos do órgão municipal repassador. 07 – Deverão ser encaminhados, juntamente com a prestação de contas do último quadrimestre do exercício, em meio digital, os processos administrativos relacionados aos Convênios firmados, contendo, obrigatoriamente, os seguintes documentos: a) Cópia do convênio ou instrumento congênere, incluindo plano de trabalho e demais elementos previstos na Lei n.º 8.666/93; b) Cópia do comprovante de repasse dos recursos financeiros à entidade beneficiada; c) Cópia da Prestação de Contas, destacadamente os comprovantes de aplicação de recursos e de comprovante de atendimento ao objeto previsto no instrumento; d) Relatório de Conformidade, devidamente preenchido e assinado pelos responsáveis, conforme disciplinado. e) Quando for o caso, cópia da tomada de contas especial e do comprovante de devolução de recursos que não tenham sido aplicados, ou que foram aplicados em desconformidade com o ajuste. 08 – Os processos em meio físico/documental, deverão ficar arquivados, junto ao ente municipal repassador, até o julgamento final da prestação de contas do exercício, a disposição do controle externo, a teor do art. 142, do RI/TCM-PA. 09 – As prestações de contas dos Convênios receberão análise conjunta e concomitante à prestação de contas do órgão repassador, de acordo com critérios estabelecidos por meio de matriz de risco e pontos de corte de auditoria, conforme regulamentação interna deste Tribunal de Contas. 10 – Os processos de contas



dos Convênios que receberem análise contrária a sua aprovação, conforme "Relatório de Conformidade", serão apartados da prestação de contas do órgão cedente, e julgados individualmente em Plenário, com vistas à imputação de responsabilidade aos responsáveis pelas entidades beneficiadas. **Processo nº 201320252-00; Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Ipixuna do Pará;** Outros: Consulta; Responsável: Mauro Costa de Aquino; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, a Conselheira Relatora procedeu a leitura do **VOTO**: *"PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente Consulta, a qual se confirma, dado o atendimento integral das formalidades insculpidas nos artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012, tendo sido formulada em tese; por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta. Acompanho, na integralidade, e adoto como resposta ao consulente o Parecer n.º AF-146/DCAP/TCM, elaborado pelo órgão técnico deste TCM-PA, trazendo, ainda, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, o seguinte detalhamento: 1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei n.º 9.349/1996) assegura ao profissional da educação, entre outros direitos, "a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho", conforme dispositivo contido no art. 67. 2. A iniciativa legislativa para elaboração ou alteração do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme estabelece o art. 61, §1º, II, "a" e "c", da CF/88, bem como em reiteradas decisões do C. STF, consubstanciadas, exemplificativamente, nas ADC 2.856, ADI 5.091, ADI 872, entre outras citadas. 3. A diretriz em questão, tal como prevista na citada Lei de Diretrizes e Bases da Educação, deverá estar fixada no Plano Plurianual e seus sucedâneos; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, cumprindo o previsto nos artigos 165 a 168, da CF/88. 4. A fixação da obrigação financeira vinculada à progressão funcional do magistério, deverá observar os limites de gastos com pessoal, sob pena de acarretar desequilíbrio nas contas públicas e responsabilização do gestor, em tudo observados o art. 169, da CF/88; art. 21, I, II, Parágrafo Único c/c art. 16 e 17, todos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (LRF) e art. 1º, IV e V, do Decreto Lei n.º 201/1967. 5. Não havendo prévia estipulação legislativa para progressão funcional do magistério, nos termos da LDB, fica o gestor obrigado a contemplá-la a quando da elaboração do próximo plano plurianual e seus consequentes atos de iniciativa legislativa - orçamentária, em atendimento às diretrizes da educação fixadas na LDB (art. 11, 67 e 88) e com amparo constitucional nos artigos 205 a 214, da CF/88. 6. Verificada a omissão ante a imposição constitucional, em tese, estaria sujeito o gestor municipal as penalidades impostas pelo art. 1º, XIV, do Decreto Lei n.º 201/1967. 7. Ressalto, ainda, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, a imperiosa necessidade da administração pública municipal, paralelamente as obrigações trazidas pela LDB, observar as vedações contidas no art. 22, parágrafo único, incisos I e III, com vistas à adequação prévia de sua despesa com pessoal, antes da implementação das vantagens pecuniárias aqui debatidas".* O Conselheiro Aloísio Chaves pediu a palavra e questionou se a matéria versava sobre ascensão ou progressão funcional. A Conselheira Mara Lúcia propôs que o processo fosse sobrestado para retorno em Sessão posterior, com a distribuição do voto aos Conselheiros para análise da matéria. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 29: **Processo nº 201206275-00; Prefeitura Municipal de Castanhal;** Subsídio - Lei Municipal nº 006/2012, de 29.03.12, que reajusta a Remuneração dos Vereadores; Interessado: Gustavo Espinheiro do Nascimento Sá; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José, com pedido



de VISTA a Conselheira Mara Lúcia na Sessão do dia 20.03.2014. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu **VOTO VISTA**: "*divirjo do voto do Ilustre Relator, para negar cadastramento à Lei Municipal nº 006/2012, devendo, contudo, ser notificada a Presidência daquela Casa para se abster de aplicar o reajuste indicado na mesma, a contar da comunicação, em caráter de urgência, via Secretaria/TCM-PA, ao Vereador Presidente, acerca desta decisão, sob pena de glosa das despesas*". **Em votação**: na Sessão do dia 20.03.2014, o Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro Daniel Lavareda acompanharam o Relator, na íntegra. Após o VOTO VISTA, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Conselheiro Relator, Antonio José, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, acompanhando o voto do Conselheiro Antonio José, decidiu pelo cadastramento do Ato. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pelo não cadastramento do Ato, com as recomendações constantes no voto. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**: O Conselheiro Aloísio Chaves indicou ao Presidente o Auditor Sérgio Dantas para substituí-lo a partir do dia 15.04.2014, nos termos do art. 70 do Regimento Interno do TCM/Pa. A Presidência acatou a solicitação efetuada. **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e cinquenta e oito minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dez de abril de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão